

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 190/XIII/1.ª

GESTÃO PÚBLICA E INTEGRAÇÃO NA REDE NACIONAL DAS 30 CAMAS DE CUIDADOS CONTINUADOS POR UTILIZAR NO CENTRO DE SAÚDE DE VALE DE CAMBRA

Mais de 90% da população portuguesa com 65 ou mais anos não tem acesso a cuidados continuados de qualidade. A conclusão é do Internacional Labour Office, citado pela Entidade Reguladora da Saúde no seu relatório “Acesso, Qualidade e Concorrência nos Cuidados Continuados e Paliativos”.

Para esta enorme taxa de população excluída do acesso a cuidados continuados contribuem a falta de cuidadores formais a trabalhar na área e, não podemos ignorar, a baixíssima taxa de cobertura no que toca à disponibilização de unidades e de camas inseridas na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

A atual situação necessita de respostas urgentes. Não podemos aceitar que 90% da população esteja impossibilitada de aceder a cuidados continuados quando deles necessitar, muito menos podemos ignorar que o aumento da esperança média de vida e o envelhecimento rápido da população portuguesa irá agravar ainda mais o problema.

A criação de melhores condições para o cuidador informal é um passo positivo, mas não resolve todos os problemas. Evitar a institucionalização do doente é positivo, mas há momentos ou casos em que o internamento na rede de cuidados continuados deve acontecer, de forma a garantir os melhores cuidados de saúde, em situações de conforto e dignidade ao doente.

Atualmente essa resposta é muito dificultada pela falta gritante de camas na RNCCI e uma quase total ausência de camas públicas. Isto é, das poucas camas existentes, a esmagadora maioria é convencionada a entidades privadas, muitas delas entidades com fins lucrativos.

Portugal necessita de cerca de 15000 camas na Rede de Cuidados Continuados Integrados e na Rede de Cuidados Paliativos para atingir um número de camas por habitante que permita a satisfação das necessidades da população, segundo a Entidade Reguladora da Saúde (ERS). De referir que no final de 2015 o número de camas existentes não chegava às 7800, sendo que destas apenas 365 eram garantidas pelo Serviço Nacional de Saúde.

O investimento público nacional nos cuidados continuados é muito baixo, o que obriga as famílias a financiarem estes cuidados do seu próprio bolso, causando uma discriminação em função do rendimento: quem pode pagar, tem acesso a estes cuidados; quem não pode, não tem acesso, uma vez que a resposta pública é diminuta.

No relatório já citado, a ERS utiliza números reveladores desta realidade: em 2010 Portugal teve uma despesa pública em cuidados continuados de 0,3% do PIB, enquanto a média europeia se fixou nos 1,5%. Abaixo de Portugal só o Chipre e a Eslováquia gastam menos neste tipo de cuidados de saúde. O reverso da medalha é que as famílias portuguesas suportam, do seu próprio bolso, cerca de 45% do total das despesas com cuidados continuados. Portugal é, assim, um dos países da OCDE onde os cuidados continuados mais caros saem às famílias

Esta realidade revela como é urgente reforçar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados com mais camas, em concreto camas públicas, disponibilizadas dentro do próprio SNS.

Perante esta urgência não se percebe como é possível que existam unidades completamente equipadas e que nunca entraram em funcionamento. Falamos, em concreto, das mais de 30 camas para cuidados continuados existentes nas instalações do Centro de Saúde de Vale de Cambra, distrito de Aveiro.

Nestas instalações existe uma unidade de cuidados continuados completamente equipada, mas que está há 3 anos sem entrar em funcionamento. O anterior Governo pretendeu entregar este equipamento à Santa Casa da Misericórdia; no entanto, a

mesma Santa Casa da Misericórdia recusa-se a pagar renda pelo uso deste equipamento público, o que tem levado a um impasse que apenas tem uma consequência: prejudicar os utentes e a resposta pública na área dos cuidados continuados.

Para o Bloco de Esquerda, a solução é uma: esta unidade de cuidados continuados deve entrar imediatamente em funcionamento, sob gestão pública, reforçando o número de camas públicas e reforçando a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

O equipamento onde esta unidade está inserida é um equipamento público; o Estado tem o conhecimento, a técnica e os profissionais necessários para garantir o funcionamento desta unidade e, por último, estas 30 camas são urgentes na rede de cuidados continuados, pelo que não podem ficar inutilizadas.

A presente iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda contribui para solucionar um problema de enorme dimensão em Portugal: a insuficiência da rede de cuidados continuados.

Lembramos, por exemplo, que o anterior Governo constituiu um grupo de trabalho para “proceder à avaliação da capacidade instalada e das necessidades em cuidados continuados integrados em Portugal Continental”, que em abril de 2014 identificou como necessidade prioritária a criação de 39 camas de internamento de longa duração inseridas na rede de cuidados continuados na zona de Entre Douro e Vouga. Basta colocar em funcionamento a capacidade já instalada no Centro de Saúde de Vale de Cambra para quase suprir essas necessidades prioritárias. Como o tempo tem demonstrado, a melhor forma de o fazer é através da gestão pública da unidade ali instalada.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que assuma a gestão pública da unidade de cuidados continuados instalada no centro de saúde de Vale de Cambra, colocando-a em funcionamento, de imediato, e inserida na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

Assembleia da República, 21 de março de 2016.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,